MOVIMENTAÇÃO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados
ISSN Eletrônico: 2358-9205

ELEMENTOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA PENSAR A FORMA PARTICULAR DE SER DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

Leonardo Sartoretto[1]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo debater a modalidade americana do imperialismo. Diferenciando-se das variantes europeias, sua forma particular de ser imperialista tende a se vestir sob uma roupagem mais acordada com a democracia liberal de mercado, à qual vai procurar exportar mais tarde em sua fase de capitalismo avançado. Baseando-se em uma estratégia de autoproteção, isolacionismo e desconfiança, somente após completar sua integração continental é que o capitalismo americano vai participar de fato da política mundial. Tendo que obedecer àquele pressuposto, suas transformações monopolistas que surgem ao fim do século XIX, organizações de clivagem vertical, vão incursionar na peleia imperialista em formas mais coetâneas com a lógica interna burguesa de dependência econômica, como o caciquismo local e distintas formas de protetorado.

Palavras-chave: Capitalismo americano. Dependência económica. Imperialismo americano. Protetorado.

CONTRIBUTION OF ELEMENTS TO THINK ABOUT THE PARTICULAR FORM OF BEING OF UNITED STATES IMPERIALISM

ABSTRACT: The present article aims to discuss the American modality of imperialism. Differing from European variants, its particular form of being imperialist tends to dress in a garment more agreed with the liberal democracy of market, to which it will look to export later in its phase of advanced capitalism. Relying on a strategy of self-protection, isolationism and distrust, only after completing its continental integration does American capitalism

[1] Mestre em Ciências Sociais, pela UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Também é graduado pela mesma instituição nas modalidades licenciatura e bacharel, com ênfase em ciência política. Durante a graduação atuou como bolsista PIBID (Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência). E-mail: leonardosartoretto@hotmail.com.

actually participate in world politics. Having to obey this assumption, its monopolistic transformations that emerged at the end of the nineteenth century, organizations of vertical cleavage, will enter the imperialist struggle in ways more contemporary with the internal bourgeois logic of economic dependence, such as local caciquismo and different forms of protectorate.

Keywords: American capitalism. Economic Dependence. American imperialism. Protectorate.

ELEMENTOS DE CONTRIBUCIÓN PARA PENSAR LA FORMA PARTICULAR DE SER DEL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo debatir la modalidad americana del imperialismo. Diferenciándose de las variantes europeas, su forma particular de ser imperialista tiende a vestirse bajo un ropaje más acordado con la democracia liberal de mercado, a la que va a buscar exportar más tarde en su fase de capitalismo avanzado. Basándose en una estrategia de autoprotección, aislacionismo y desconfianza, sólo después de completar su integración continental es que el capitalismo americano va a participar de hecho en la política mundial. En este sentido, sus transformaciones monopolistas que surgen a finales del siglo XIX, las organizaciones de clivaje vertical, van a incursionar en la pelea imperialista en formas más coetáneas con la lógica interna burguesa de dependencia económica, como el caciquismo local y distintas formas de protectorado.

Palavras Clave: Capitalismo americano. Dependencia Económica. Imperialismo americano. Protectorado.

1. Introdução

Procuraremos abordar aqui algumas tendências presentes na história americana que, segundo nosso entendimento, ajudariam a determinar a sua particularidade imperialista. O caminho histórico aqui percorrido ultrapassará pouco mais do que o primeiro quartel do século XX, momento em que, se ainda não se colocava a nível hegemônico mundial, o poder estadunidense conseguira criar pelo menos um sistema de "estados satélites e subordinados" (KIERNAN, 2009) nos mares atlântico e pacífico, no Caribe e nas Ilhas Filipinas, em especifico. É também o momento onde o dólar alcança uma posição equivalente á da libra[2]. Acima de tudo é o momento onda a economia americana, financiando a Inglaterra e França na

[2] Não cabe entrarmos aqui nesta discussão espinhosa. Ressaltamos apenas que o fato da definição da moeda de reparação dos danos da guerra pela Alemanha aos países vencedores durante o Tratado de Versalhes ser estipulada em marcos-ouro, portanto, em termos de moeda nacional do país derrotado, indicam que o momento imediatamente posterior ao conflito mundial expressava já a incapacidade de imposição de qualquer um dos interesses na contenda. É claro que isso colocava a moeda americana em destaque, já que, dentre as potências vitoriosas, apenas ela possuía a conversibilidade em ouro. Como aponta Maurício Metri: "tratou-se, com efeito, de algo inédito, de um primeiro ensaio de submissão das três principais potências europeias de então (França, Inglaterra e Alemanha) à moeda norte-americana. Algo que iria se consolidar, de fato, nos contextos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria" (2015, p. 72). Veja-se o artigo completo do autor para a discussão detalhada da periodização da emergência do dólar em relação ao padrão ouro, ajudando a minar a hegemonia inglesa.

Grande Guerra e todas as especulações que dali adviria, daria um dos passos basilares em direção a se tornar aquilo que hoje é: a única superpotência mundial.

Faz-se necessário remontar a algumas premissas fundadoras do Estado americano, pois é com base no fenômeno da independência da situação de colônia que seu padrão ideológico, em especial sua crença de verdadeiro bastião democrático, será formulado. Realizada a revolução das revoluções, segundo os pais fundadores (SCHLESINGER JR, 1992), seu desenvolvimento seguro acabaria por fortalecer a ideia de eram uma nação - tributária do ideário liberal - salvadora dos povos. Sua história política que sempre insistira no isolacionismo, veria suas atuações no cenário dos conflitos bárbaros da primeira guerra mundial desmascararem o caráter de tal isolacionismo, que só aparentemente se erigira em contradição com as necessidades do capitalismo monopolista.

2. Estado predestinado... a ser forte

Um antigo adágio oriental sobre estratégia pode ser aqui citado com foros de profecia: "Sun Tzu disse: 'na antiguidade aqueles que exceliam na guerra primeiramente tornavam a si mesmo inconquistáveis para aguardar o momento em que o inimigo pudesse ser conquistado" (2014, p. 70). Essa passagem do pensador chinês sobre *A Arte da Guerra*, do sexto século A.C. nos dá uma boa aproximação, em síntese, do processo pelo qual a forma burguesa americana incorreria até atingir seu momento superior, imperialista.

Na evolução da formação socioeconômica dos Estados Unidos, especialmente a partir de sua independência, podemos perceber um cuidado extremo em não entabular alianças militares com outros países, de modo a não conceder quaisquer pretextos para serem invadidos por potências estrangeiras[3]. Pode-se somar à essa tática a preocupação em não permitir que uma potência se distancie das demais, buscando sempre salvaguardar uma situação de relativo equilíbrio nas relações de força. Essa orientação esta presente de maneira meridiana na carta enviada a James Monroe, o quinto presidente e último dentre os fundadores, por Tomas Jefferson[4], em 1823, na qual o aconselhava a proclamar a Doutrina

[3] Como dizia Hamilton "na ideia de consolidar o equilíbrio das potências e a paz a esta parte do mundo, toda a arte das negociações se esgotou; triplas e quádruplas alianças se organizaram: mas, quase tão depressa desfeitas como formadas, elas ensinaram aos homens por um triste, mas útil exemplo, a pouca confiança que se deve ter em tratados" (1979, p. 110).

[4] Grande promotor da causa republicana e, talvez, o maior dentre os fundadores do Estado americano, seu terceiro presidente (1801-1809), profundo conhecedor e não menor interlocutor do iluminismo, defensor da liberdade de consciência advogada pelo protestantismo, o que o levaria a expressar solidariedade às causas de independência das colônias da América, porém com a ressalva de que tal empreendimento ainda estava longe de ter sucesso, uma vez que, sob o pesado fardo da tradição Católica, em tais países sempre ocorreriam movimentos

Monroe. O objetivo íntimo da doutrina deveria ser o de conter a interferência das nações europeias nos processos de independências que pululavam na América:

> Nosso primeiro princípio fundamental deve ser não nos envolvermos nas balbúrdias da Europa; o segundo não tolerar que ela interfira nas questões aquém-Atlântico. A América, norte e sul, tem um grupo de interesses distintos dos da Europa e particularmente próprios (1979, p. 19).

Assim, há um grandioso hiato que separa a sua primeira aliança militar com a França na Guerra de Independência contra a Inglaterra (1775-1777) até o pacto da OTAN em 1949 (DRIVER, 2006). É com base nessa compreensão, de Estado especial, que se vê como distinto e até mesmo escolhido, protetor, que vai surgir o chamado Destino Manifesto, conceito que expressa magistralmente a concepção pela qual os norte-americanos enxergavam a orientação que seu país deveria objetivar em termos de política internacional.

Na impossibilidade de uma análise mais sistemática de sua gênese, abordaremos aqui sumariamente alguns fenômenos que podem ser encadeados e captados enquanto processos *in flux,* caracterizando os primórdios da colonização americana. Acreditamos que refletir a articulação orgânica dos fatos pode ser útil para expressar seu sentido histórico geral. O término da guerra das duas rosas (1455-1485) distanciou a Inglaterra da Guerra Civil, cumpriu a função de enfraquecer a nobreza e tornou a casa dos Tudor a primeira dinastia absolutista da Europa. O anglicanismo, rompendo com a autoridade papal no século seguinte, reforçaria a centralização o país (KARNAL, 2010). Na esfera econômica, os enclousures – cercamentos - que serviriam de base á acumulação originária do capital, ao lado da Revolução Agrícola, impulsionavam o desenvolvimento das forças produtivas burguesas.

Nestes termos é que, a dinastia Stuart, ao tentar controlar o Parlamento de modo autocrático, acaba por potencializar a Revolução Puritana na década de 1640. Se, de um lado, esses movimentos fundamentam as imigrações dos expurgados pelas crenças religiosas, de outro lado, a agitação política vai acarretar na restrição do que poderia ser uma colonização sistematizada das treze colônias na América do Norte[5]. Os Quakers (que se consideravam os "filhos da luz" sob a inspiração do Espírito Santo) são a expressão desse momento histórico, onde protestantes, pressionados pelas perseguições religiosas, buscavam refugio na América.

---

pelo restabelecimento da união de igreja e Estado, degenerando muitas vezes em despotismos. Por todas essas razões Thomas Jefferson é tido como a grande fonte, o pai do pensamento democrático e da liberdade, entendidos aqui em seu sentido burguês, para os americanos.

[5] Tratar-se-ia, Segundo KARNAL (2010), de uma colonização de companhias organizadas pela burguesia, os comerciantes, e não do Estado.

Uma vez assentados na América do Norte enquanto colônia, o pensamento do filosofo e político inglês John Locke, filho de protestantes, seria retido como elemento fulcral na orientação da burguesia americana no que diz respeito ao princípio de resistência à tirania. O uso da força, sem base legítima, ao lado do argumento da invalidade da "taxação sem representação" seriam princípios que estruturariam a luta pela independência. O emprego, por exemplo, do seu conceito empirista de tábula rasa que definiria a percepção de um Homem ao vir ao mundo seria absorvido e reproduzido quanto ao cenário do Novo Mundo: A América seria uma "tela em branco, na qual a ordem social seria recriada" (DRIVER, 2006, p. 36). Argumentaria ainda Thomas Paine na defesa da separação da Inglaterra: "podemos recomeçar o mundo" (1979, p. 82).

A discussão sobre o momento histórico de sua libertação colonial, que é também a forma de objetivação do capitalismo nos Estados Unidos, exige um aprofundamento maior. É importante ressaltar que a guerra de independência americana é ela própria produto de um capítulo da guerra europeia entre França e Inglaterra, que duelavam pela conquista da hegemonia europeia. A guerra dos sete anos (1756-1763) teve como resultado a vitória da Inglaterra e a perda de posições francesas no continente americano, no Canadá e na Louisiana. Por sua vez, quando do levante dos americanos por sua autonomia política, a França se aliançou a Espanha decidindo favoravelmente a contenda e impondo uma perda substancial aos ingleses. Entretanto, a derrota da França napoleônica em Waterloo fê-la submeter-se à reação monárquica da Santa Aliança e, indiretamente, ao controle da Inglaterra que a policiava de longe (FIORI, 2004).

Note-se que todas as batalhas acima citadas debilitaram imensamente a Europa e permitiram aos Estados Unidos se desenvolver com relativa tranquilidade. Mais ainda, facultaram-lhe a possibilidade de assinar tratados comerciais e de fronteiras em condições extremamente vantajosas com essas grandes potências. Contudo, é preciso que se contextualize também aquela situação econômica. Ainda que libertos politicamente, não passavam então o conjunto das Treze Colônias de uma economia primário-exportadora. O que acontece é que, seja pela história em comum, seja pela importância estratégica para a produção inglesa, os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição de celeiro privilegiado da economia britânica que, nunca é demais lembrar, eram a grande propulsora e coordenadora da economia mundial de então. Apesar de restringirem "sua ação direta e militar ao território norte-americano, só agindo fora de sua zona imediata de influência quando tiveram o apoio ou contaram com a neutralidade da Inglaterra" (FIORI, 2004, p. 74), essa relação articulada com

a maior economia do mundo, ainda que de caráter dependente, lhe seria extremamente vantajosa para o fortalecimento de seu Estado.

A empreitada colonizadora, após tortuosas décadas de lutas, finalmente se via vitoriosa. Um sentimento imperava: "Nós americanos (...) somos um povo peculiar, escolhido – o Israel de nosso tempo. (...) Demasiado tempo duvidamos de nós mesmo e nos perguntamos se o Messias político de fato viera. Mas ele veio em nós". Esse é um pensamento que expressa bem o temperamento e a particularidade burguesa presentes na fundação do Estado americano, e se ele vem de um escritor e poeta como Herman Melville (1819-1891) (Apud SCHLSINGER JR, 1992, p. 17), serve justamente para simbolizar a capacidade de um literato captando a alma norte-americana.

Todavia, outro sentimento, de medo - esse bem mais realista do que a pretensa "missão divina", mais concretamente fundamentado na história -, acompanhava-os: o de que toda civilização estava fadada a se dissolver com o tempo. Esse pensamento catastrófico clássico provindo "da cristandade histórica tal como transmitida por Agostinho e Calvino (...) estava encharcado de convicções da depravação do homem" (Ibid, p. 4). Os pais fundadores mantinham sempre em seus bolsos livros de Políbio e Tito Lívio, historiadores respectivamente da Grécia antiga e de Roma, bem como Cícero e Tácito que foram políticos desta última, para buscar o caminho das republicas bem sucedidas na história. Mas mesmo estas não teriam escapado da inevitável finitude de todo império. Como proceder?

> (...) trata-se da existência da nossa União, da segurança e prosperidade dos Estados que a compõem, da sorte de um Império, em certo modo, o mais interessante que existe no universo. Estava reservado à América resolver esta importante questão: Se os homens são capazes de se dar a si mesmo um bom governo por própria reflexão e escolha, ou se a Providência os condenou a receberem eternamente a sua constituição política, da força ou do acaso, e se assim é, chegou com a crise em que nos achamos o momento da decisão do problema (HAMILTON, 1979, p. 87).

Conforme os federalistas elaboravam sua constituição tendo em vista a história da civilização, mostravam que o peso da fé em sua organização e direção política era maior do que as lições que retiravam da História. Em verdade, era uma necessidade pensar assim, pois só a experimentação podia provar que eram os americanos capazes de colonizar um mundo novo com sucesso. É, portanto, desta forma que a América se autonomiza e estabelece suas bases, ou seja, sob a relação de vários processos que ora se negam, ora se complementam.

Notemos a intrigante forma de apreço de Tocqueville sobre o perfil do americano. Embora parta de um ponto de vista comparativo à aristocracia europeia, portanto de um viés teórico-metodológico claramente liberal, sua análise carrega uma crítica vigorosa. Segundo o

pensador francês, a atmosfera americana carece de elementos propícios à meditação e ao culto das ciências abstratas, pelo contrário, há entre os americanos uma espécie de tumulto universal, "todos se agitam: uns querem atingir o poder, outros, apoderar-se da riqueza" (1979, p. 278). Tentando desenvolver até seus últimos desdobramentos esse raciocínio, Tocqueville adverte, em tom fatalista e bastante adequado as comparações históricas feitas pelos fundadores, sobre as possíveis consequências de calcar sua democracia sobre o espírito prático: "Não se deve, portanto, sossegar, pensando que os bárbaros [que arruinaram uma civilização, a maior até então, a romana] ainda estão longe de nossas portas: pois, se há povos que deixaram arrancar a cultura de suas mãos, há outros que a abafam com os próprios pés". (Ibid, p. 281).

Seguindo essas características, não seria exagero conceber o modo de ser americano como visceralmente burguês, já que todo o tempo de que disporiam seria dedicado ao trabalho, ao comercio e às especulações. Interessante aguilhoada que poderia muito bem diagnosticar que todas as esferas da vida, sob a égide burguesa, seriam passíveis de ser mercantilizadas. Apesar disso, o entendimento que fica é nítido: é o individualismo que objetiva e fundamenta a concretude da formação social dos Estados Unidos da América.

Os primeiros tempos do misto de república e de federação de que são constituídos os Estados Unidos da América mostram a enormidade de tendências e processo que concorrem para formar o caráter do americano. Esse fato decorre do temor de que alguma tendência predomine e se torne "tirana", principalmente a "facção da maioria"[6], consistindo a solução em "fazer entrar na sociedade tantas classes diferentes de cidadãos quantas seja preciso, para que não possa ter lugar uma combinação injusta da maioria" (MADISON OR HAMILTON, 1979, p. 132-133), assim a segurança consistiria tanto na "multiplicidade de interesses", quanto na "multiplicidade de seitas"[7].

[6] O que nos parece, conforme apontou a tradução da coleção Abril Cultural dos pensadores de Tocqueville (1979), uma contradição em termos, uma vez que facção é inseparável de minoria.

[7] Completamente de acordo com os preceitos iluministas e liberais de que uma sociedade civil se organiza para defender os direitos primordiais dos indivíduos, onde a justiça seja tida como o fim, a institucionalidade figura como fundamental no esquema democrático-burguês americano. É pela prescrição e vigência de uma legislação equilibrada que a divisão de poderes garantiria que nenhum deles, seja do parlamento ou do presidente e todas as subseções de ambos, se sobreporia aos outros. Mas também, e mais importante para uma análise que capta o sistema jurídico burguês em suas raízes, é a estimulada heterogeneidade de partidos que garantiria a proteção contra a tão temida tirania da maioria. Portanto, a tarefa fundamental da constituição republicana é resguardar os direitos civis dos indivíduos que formam o povo, não sendo o governo nada mais que seus administradores eleitos: aqui se esconde a centralidade e invulnerabilidade da propriedade privada dentro do arcabouço ideopolitico burguês, que deve ser salvaguardada tanto das interferências do poder, como de uma suposta maioria que identificasse nela a raiz da desigualdade social. Essa discussão política esta subjacente à obra

Considere-se, portanto, que uma das chaves para entender a particularidade burguesa americana está no fato dela consistir em uma formação social de proprietários. Esse fato, ao lado do apego à religião, fornece uma densa organicidade para os interesses americanos. Exatamente na classe média, nos pequenos proprietários, essa classe de transição para o verdadeiro capitalismo, conformado pela indústria, é onde a paixão pela propriedade se manifesta com vigor singular (MARX, 2011). A chave do sucesso do capitalismo americano, segundo um historiador, seria dirigir o país na órbita da mediocridade, combatendo excessos de pobreza e de riqueza (MAURÓIS, 1946).

3. Século XIX: século de todas as lutas e de todas as ideologias

Tratando da questão da moderna colonização, Marx (2013) debate com Wakefield, teórico da ocupação americana, a composição social desta e ressalta as diferenças de acumulação de capital entre a Inglaterra e a América. Enquanto na primeira, o processo de dissolução do trabalhador dos seus meios de produção, acompanhado de legislações e da supervisão do Estado absolutista, ocorreu de forma "natural", ou seja, obedecendo a ascensão de um grupo social que trazia consigo uma nova forma de sociabilidade que os impelia a se transformarem em proletários, na América essa dependência não tinha vez, devido à imensa existência de terras "inabitáveis" – que mais tarde, após o encontro, combate e extermínio da população ali existente, acabaria por ser conhecida como região habitada por grupos indígenas.

Devido às decisões políticas do presidente Lincoln, especialmente da reforma agrária via o *Homestead Act* de 1862, de distribuir as terras do Oeste do país por um pequeno preço a quem as cultivasse por mais de cinco anos, o processo de alavanca do desenvolvimento do capitalismo americano se faria de modo muito singular. Lenin é incisivo ao pontar que essa colonização do Oeste democrático "populista" não seria executado com vistas a diminuir nem a exploração e nem o trabalho assalariado do país, afinal a colonização do Oeste não pode ser vista como um desenvolvimento isolado das outras regiões. Assim, o processo adquiriria o seguinte sentido: no Sul o desmembramento das plantations passaria a escravizar os trabalhadores, agora pela divida hipotecária, e "a tendência do capitalismo à expropriação da pequena agricultura manifesta-se com tal vigor que o 'Norte' dos EUA apresenta uma redução absoluta do número de proprietários" (LENIN, 1980, p. 55).

inteira dos federalistas (1979) e percorre suas reflexões como uma espécie de linha mestra. Veja-se, por exemplo, os capítulos que tratam do princípio da separação dos poderes. p. 124-133.

É importante entender a discussão da divisão de terras dentro do seu significado político e social, pois

> No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, transformá-lo num pequeno-burguês, Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária; eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação de classe, o pequeno agricultor torna-se, inevitavelmente, á medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária vigente, um pequeno agrarista (LENIN, 1980, p. 59).

É com base nessa nas pequenas plantações no Oeste, mas também da estrutura fundiária das grandes plantations no Sul, em relativo desmembramento, que o Norte do país, industrializado, vai se tornando o maior beneficiado do desenvolvimento do capitalismo americano, pois da matéria prima que se utiliza pouca precisará ser importada, lembrando ainda que o século XIX é o período onde a imigração receberá seu mais fecundo impulso. Daí poder orientar parte de sua população do Norte bem como dos imigrantes advindos da Europa, em processo de concentração econômica, para o Oeste e ainda assim não perder o exército industrial de reserva. Como aponta Baran, há nesse tipo de reforma agrária uma reciprocidade entre indústria e pequena propriedade quando, de um lado, a indústria oferece artigos manufaturados em trocas de matérias primas e, de outro, gera "as condições indispensáveis não apenas para assegurar alimentos para uma população urbana crescente, mas também para promover a agricultura de implementos, fertilizantes etc." (BARAN, 1984, p. 157) estimulando assim o aumento da produtividade da agricultura.

Contudo, a América não conseguiria escapar dos impactos de uma lei tendencial, a saber, que "a agricultura atrasa-se em relação à indústria: este é um fenômeno comum a todos os países capitalistas [avançados] e constitui uma das causas profundas da desproporção entre os diferentes ramos da economia nacional, das crises e da alta do custo de vida" (LENIN, 1980, p. 59). Desta forma não é de maneira alguma coincidência o período vivido nos EUA nas últimas quatro décadas do século XIX, na qual a guerra civil estava inclusa. Também aqui a economia dos Estados Unidos não demonstra nenhum tipo de aberração. Tendências à concentração e à centralização de capitais, bem como da relação da composição orgânica do capital, levam a economia capitalista a gerar monopólios (MARX, 2013) e deixar de se estruturar na forma de pequenas empresas como forma de combater as crises, que são

causadas, em geral, por quedas na taxa de lucro. É, portanto, compreensível que cedo ou tarde os Estados Unidos teriam a sua orgulhosa faceta de pequenos proprietários modificada.

Após o contencioso pela natureza da reconstrução do país arrasado pela guerra civil, resolvido de forma conservadora[8], os Estados Unidos, país que era o antro da verdadeira democracia moderna da história, como defendiam seus pais fundadores, passavam a vivenciar o mal que lhes parecia ser exclusiva e unicamente da Europa, da velha e decadente civilização: as crises sociais.

No período histórico ora em apreço, também as últimas fronteiras internas seriam atingidas. O México seria anexado em 1848, o Alasca em 1867, a febre do ouro estava bastante enfraquecida já na década de 1880 e o genocídio indígena se expandia com Buffalo Bill como personificação da destruição dos seus meios de vida. Vivendo a chamada "era da iniciativa privada" - a era dos Morgan, dos Rockfeller, dos Carnegie, mais do que tudo, de seus imensos montantes de capitais que imperavam numa economia "livre"[9] com suas ideologias de enriquecimento pelo trabalho e do darwinismo social, mas que na verdade foram fundamentadas no grande ciclo das estradas de ferro, das refinarias de petróleo e da rápida industrialização e urbanização, tudo isso fomentado por medidas estatais (KIERNAN, 2009) -, o país não tinha meios de desviar-se das contradições imanentes ao metabolismo social do capital.

No meio desse turbilhão social e político, como consequência direta e necessária, ganhava corpo a questão operária. Samuel Gompers, um imigrante britânico, criava a *American Federation of Labor* (AFL) em 1881 sindicalizando os trabalhadores fabris. O *Sherman Act* - a lei americana antitruste de 1900 -, de fato, ajudaria a refrear os grandes monopólios, mas de modo algum redistribuía as suas riquezas de modo a combater a desigualdade social. Além disso, havia a agência particular *Pinkerton* de detetives que fora fundada na metade do século, mas que demonstraria seu verdadeiro papel investigando e

[8] A questão consistia na disputa entre a minoria de republicanos radicais e o presidente Andrew Johnson, onde este após convocar as Convenções Constitucionais para eleger novos dirigentes, desejava voltar aos moldes que vigoravam antes de Guerra Civil, excetuando a questão escravista. Já os partidários da reconstrução radical desejavam um período de governo militar no Sul, auxiliado por um confisco e redistribuição dos latifúndios de modo a melhor inserir os negros dentro dos direitos de cidadania. Porém, a solução adotada na reconstrução se restringiria apenas à questão da abolição, como bem demonstra o "Compromisso de 1877", onde o presidente Hayes (1877-1881) é eleito em troca da evacuação das últimas tropas federais do Sul. Caiu, assim, "o último dos governos radicais e todo o Sul passou para o controle dos democratas brancos, os 'redentores'" (FERNANDES; MORAIS, 2010, p. 148), grupo bastante heterogêneo, mas que provinha em grande medida da antiga aristocracia secessionista e que acreditava na supremacia branca.

[9] "Se um Estado concedia ao trabalho condições que os proprietários das fabricas consideravam demasiadamente favoráveis, esses proprietários tinham o recurso de mudar suas fabricas para outro Estado de legislação menos liberal" (MAUROIS, 1946, p. 423).

desmantelando estratégias políticas da classe trabalhadora, como ficara claro na truculenta e mortal intervenção de uma greve em Homestead, Flórida, ano de 1892 (KIERNAN, 2009). Na verdade, trata-se da polícia política, que se desenvolve com a burocratização do Estado moderno, nos partidos, sindicatos e empresas privadas e que tem a função de organizar e zelar, mediante várias e complexas mediações, a dominação burguesa. Organização política da mesma natureza seria usada em larga escala no fascismo italiano (POULANTZAS, 1971).

Neste diapasão, o discurso americano de vanguarda democrática do planeta era constantemente contradito pela realidade concreta. Ao finalizar o século XIX o Estado americano não apenas trazia como legado uma intensa luta operária, mas tinha de lidar também com os ecos ainda ressonantes da questão escravocrata, dormente após a abolição, mas que emergiria a superfície de maneira brutal logo no início do novo século. Internacionalmente, uma miríade de guerras objetivando territórios para exportar mercadorias e buscar matérias primas dava aos países europeus um caráter bélico medular. No meio de todo esse caos, os Estados Unidos, mesmo não desejando abandonar seu ideal de predestinação e almejando uma "saída" própria, se viam obrigados a abandonar o isolacionismo secular e "entrar no mundo", afinal sua formação social burguesa, contrária à concepção ideológica que se percebe como exceção democrática, não é senão um produto extra-europeu da própria expansão do modo capitalista enquanto sistema que se direciona para a universalidade. Sua própria revolução burguesa não foi senão provocada pelas contradições político-econômicas europeias. Por isso, o surgimento do capitalismo nos Estados Unidos pode até expressar uma novidade, mas não uma exceção (FIORI, 2004).

4. Entrada triunfal na política mundial

A década de 1860 é o marco do auge da livre-concorrência na Europa, seguida pela consequente e necessária crise de 1873. A recessão por ela criada vai gerar, mediante uma compulsividade em aumentar a taxa de lucro comprimida por aquela concorrência ferrenha das décadas anteriores, a primeira onda de cartéis e monopólios. São as modificações na organização da economia que o capitalismo em seu estagio monopolista engendra e que traz consigo seu corolário político, que é o imperialismo. Mas afinal que é o imperialismo?

Segundo Schumpeter (1961), capitalismo e imperialismo são altamente repulsivos um ao outro, não havendo expansionismo beligerante onde impera livre o comércio:

> Nem mesmo os interesses monopolistas, se existissem, teriam no caso tendências imperialistas, já que no regime de comercio livre só os carteis internacionais seriam possíveis. No sistema de comércio livre não haveria conflito de interesses econômicos

> entre as diferentes nações. E como o protecionismo não é uma característica essencial da economia capitalista – pois se assim fosse a economia nacional capitalista inglesa dificilmente seria capitalista – é evidente que qualquer interesse econômico num expansionismo pela força da parte de um povo não é necessariamente um produto do capitalismo (1961, p. 100).

Assim, é atribuído por Schumpeter (1961) um caráter "atávico" (hereditariedade biológica de características psicológicas) ao imperialismo, ou seja, a herança de povos guerreiros, feudais e das monarquias absolutistas que aplicavam métodos protecionistas e bélicos para proteger seu comercio. Ditos em termos claros, seria a ausência da aplicabilidade dos verdadeiros princípios liberais capitalistas o motivo determinante das guerras e conquistas que transbordaram na Grande Guerra Mundial.

Todavia, como liberal o pensador parece esquecer a história da infância do regime capitalista: a legislação aplicada contra os pobres obrigando-os a trabalhar com a punição de escalpelá-los, da utilização de trabalho infantil nas fábricas, das jornadas de trabalho de até 18 horas, do aparecimento tardio das instituições de bem estar social e do sufrágio universal – alicerçados e expandidos mediante muita luta e muito sangue! Esses fatores quando entendidos dentro do movimento histórico tem o poder de desmascarar o caráter ideológico do liberalismo, que oferece uma compreensão abstrata da história do homem, sem determinações e, portanto, dela retira o caráter das lutas políticas de emancipação da classe que representa, a burguesia (MARX, 2008). Historicamente, não é aceitável de forma alguma admitir o capitalismo simplesmente como um sistema puro de livre comércio. Pelo contrário, este só é aplicável, sem maiores danos, quando se chega ao topo, sendo então possível "chutar a escada" do protecionismo e pregar aos outros países "boas instituições" liberais de abertura, aproveitando-se de sua incapacidade de concorrência. Foi exatamente o que fizeram grandes potências como a Inglaterra e é o que demonstra magistralmente o livro de Chang (2002)[10].

O conceito de imperialismo do qual partimos aqui é radicalmente distinto do Schumpeteriano. Segundo o dicionário marxista organizado por Bottomore, o imperialismo "refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação". (2012, p. 298). Essa definição é importante por demonstrar que o imperialismo não se restringe unicamente à relação entre países

[10] De resto, se se investiga o texto de Schumpeter em seu devido contexto, pós-bélico (1919), fica patente sua tentativa de desresponsabilizar o capitalismo, considerado pela tradição liberal como a maior conquista da humanidade, da barbárie em que lançou a civilização durante a Primeira Guerra mundial (1914-1918).

capitalistas hegemônicos e países dependentes ou com formações ainda não capitalistas, mas que também se dá entre os primeiros.

Essa interpretação se baseia em Lenin, quando, por sua vez, buscando em Marx, afirma que as tendências que se desenvolvem na imanência do capitalismo atingem um estágio que modificam sua forma de atuar: "quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo" (2010, p. 81), ou seja, quanto mais os lucros se tornam de difícil realização mais as empresas se conjugam em monopólios e trustes e mais o Estado as dirige em forma de vanguarda na busca de colônias e oportunidades para realizar suas grandes demandas de acumulação. Os próprios meios de configuração da reprodução do capital se alteram, pois além da preferência pela exportação de capitais, ela "passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações tem um caráter tal que segundo Schilder 'delicadamente, confinam com o suborno'" (Ibid, p. 65).

Entretanto, o capitalismo configura um sistema que procura a universalidade e em cada formação social se põe de forma específica. É a forma particular de ser do imperialismo americano o objeto desse debate[11]. Gramsci aponta que um dos fatores do desenvolvimento mais racional da "economia programática" americana é o fato de na América a tradição ter pouco peso – tradição entendida aqui como herança de todas as formações sociais anteriores. Neste fato residiria a diferença estruturante da dinâmica das formas de ser burguesas de cada continente, visto que na Europa "as classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, as classes absolutamente parasitárias" (2001, p. 269), a pequena burguesia, a aristocracia, o clero, etc., engessavam a dinâmica do capitalismo por lá.

Contudo, aqui é preciso que se entenda que se trata menos do caráter atávico de que Schumpeter fala e mais do que nos lega Hobsbawm com sua análise sobre os Ecos da Marselhesa:

> Ao final do século XIX, a Europa consistia majoritariamente – com exceção das duas monarquias absolutas acima mencionadas [Rússia czarista e Turquia], das repúblicas da França e da Suíça e de algumas minirrelíquias da Idade Média como Sam Marino e Andorra, que não necessitam ser contadas – de monarquias que havia se ajustado à revolução ou, em outros termos, de classes médias que se haviam ajustados aos antigos regimes. Depois de 1830, não houve mais revoluções burguesas bem

[11] "Diferente é o caso da França, cujo capital colocado no estrangeiro se encontra investido principalmente na Europa, e em primeiro lugar na Rússia (10 milhões de francos pelo menos), com a particularidade de que se trata, sobretudo, de capital de empréstimo, de empréstimos públicos e não de capital investido em empresas industriais. Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usurário. A Alemanha oferece uma terceira variedade: as suas colônias não são grandes e o capital colocado no estrangeiro está investido em proporções mais iguais entre a Europa e a América" (LENIN, 2010, p. 63-64).

> sucedidas. Contudo, os velhos regimes haviam aprendido que a sobrevivência significava adaptar-se à era do liberalismo de 1789-1791, ou melhor, de 1815-1830. Em contrapartida, eles aprenderam que a maioria dos burgueses liberais se satisfaria com menos que seu programa completo em troca de uma garantia contra o jacobinismo, a democracia ou os fatores que poderia produzi-los (1996, p. 52).

A natureza daquela "tradição" europeia é, pois, essencialmente política. De uma escolha dos elementos que portam o progresso por uma aliança com os agentes do atraso. Tendo atingido seu período de decadência ideológica, a burguesia se adaptava cada vez mais aos membros do Ancien Régime, que, por sua vez, se aburguesavam buscando conter a força do jacobinismo, inseparável da revolução de 1789. Assim sendo, é razoável levantar a hipótese de que aqui se encontra um dos elementos que vão fundamentar as diferenças específicas da forma de ser imperialista americana em relação às diferentes variantes europeias. Na América, com exceção das classes escravocratas do Sul (derrotadas após a Guerra Civil, mas não totalmente eliminadas) e da chamada "aristocracia manufatureira" (TOCQUEVILLE, 1979, p. 296), ambas muito diferentes daquelas da Europa, não há "classes parasitas" sem função essencial no mundo da produção.

O capitalismo americano, revestido com sua percepção predestinada de democracia, calcando sua historicidade em elementos mais coetâneos com o ideário racional-burguês, acabaria por desenvolver um tipo bastante peculiar de caminho imperialista. Contudo, não sem antes experimentar a velha trajetória europeia.

A guerra hispano-americana de 1898 (tendo como causa imediata o bombardeio do encouraçado Maine) levam os EUA a intervir na guerra de independência cubana, onde morreria seu líder José Martí, e a revolução filipina, por embalo, marcam as primeiras intervenções americanas no cenário mundial beligerante que desembocaria na Grande Guerra. A ocupação de Cuba (1906-1909) era, todavia, demasiado imoral para a opinião pública, e a saída foi buscar uma alternativa: a "substituição de controles militares por controles financeiros, laços de seda por algemas. Na presidência Taft (1909-13), este estilo ficou conhecido como 'Diplomacia do Dólar'" (KIERNAN, 2009, p. 206).

Ao lado dos empréstimos onerosos que "algemavam" os países que os contraíam, a América mostrava grande diversidade de métodos para impor a dependência econômica. No Havaí, por exemplo, onde a influência americana ocorreu em grande medida por meio dos missionários, seus herdeiros acabaram se tornando grandes plantadores de cana-de-açúcar. De outro lado, os protetorados, como a emenda Platt na constituição cubana (1901)[12] legitimando

[12] Trata-se de uma Cláusula imposta pelos Estados Unidos após sua ajuda na independência de Cuba frente aos espanhóis. Segundo ela, Cuba não podia assinar tratados, se endividar além da sua capacidade financeira e nem

sua intervenção, tiveram enorme sucesso, pois eram mais adequados ao "Destino Manifesto", já que eliminavam a necessidade de manter tropas permanentes, embora estas estivessem sempre prontas a solicito. No final das contas os métodos de colônia e protetorado diferiam apenas no grau de dependência que determinavam. Todavia, era o suficiente para a opinião pública americana.

Um método, em especial, não poderia deixar de ser lembrado. Como na separação panamenha da Colômbia em 1903 com auxílio norte-americano, do qual mais tarde resultaria a construção do Canal do Panamá (1914), os EUA aproveitavam (ou estimulavam) agitações subalternas em outros países para financiar líderes alinhados à sua política. Este seria o "caciquismo", idêntico ao caso da Guatemala e do seu chefe Manuel Cabrera que, ao lado da companhia americana United Fruit, transformariam o país na "República das bananas". É também desta forma que em 1917, durante a primeira revolução Russa daquele ano, uma delegação americana tendo como líder Elihu Root, ao lado de representantes de grandes empresas, foi enviado à Petrogrado visando promover os ideais americanos de "democracia e liberdade". Todavia, não conhecendo o chão onde pisavam e nem as necessidade do povo Russo naquele momento, ao verem que nem tudo se resolvia com dinheiro e manipulações aconselharam o governo provisório a assassinar Lenin e Trotsky.[13] Em 1912 Elihu Root ganhara o Nobel da paz por seu histórico de sucesso em tratados de paz...

Todos esses métodos, além de mascararem a dependência e aparentarem coerência com a ideia de Estado disseminador dos ideais democráticos para o restante do mundo, refletiam a reorganização que a economia norte-americana estava sofrendo no período. Giovanni Arrighi investigando alguns aspectos estruturais do longo e extremo século XX[14] identifica uma superposição entre a ascensão mundial da economia norte-americana e o declínio da hegemonia britânica. Ao entrar na Grande Guerra, a Inglaterra conseguiria atrelar

---

fazer concessões a outros países sem autorização americana. Como não bastasse, Cuba era forçada a ceder arrendamentos territoriais ou vende-los para os Estados Unidos, um dos quais acabaria formando a prisão de Guantánamo.

[13] Todos os exemplos citados são pinçados do livro de Kiernan (2009) e no caso da delegação americana na Rússia revolucionária, o próprio Kiernan cita como fonte J. G. K. Tengey e sua pesquisa "The United States and the Russian Provisional Government... (the Root Mission) (dissertação de mestrado, University of Aberdeen, 1969), pp. 170-1".

[14] De acordo com nossa visão é algo problemática a consideração braudeliana que entende o capitalismo como existindo desde o século XII, bem como sua concepção de "flexibilidade ilimitada" que embasa algumas concepções de Arrighi. Segundo entendemos, capitalismo é algo bem específico e se constitui fundamentalmente da separação do produtor dos seus meios de produção num determinado momento da História. Assim, o capitalismo tem seu primeiro momento na Inglaterra do século XVIII. Embora a acumulação originária de capitais e o desenvolvimento das forças produtivas desde o século XVI seja parte do processo, seu vir a ser, não pode ser considerado seu modo de produção especificamente capitalista.

às despesas do conflito mais do que suas colônias e seu papel de interposto comercial do mundo tinham capacidade pra gerar em termos de capitais, o que de forma alguma era um montante baixo.

A postura inicial de neutralidade mantida pelos Estados Unidos possibilitou-lhe o papel de credor das potências da Entente, objetivando tanto satisfazer necessidades puramente econômicas de lucro, como políticas e estratégicas evitando que a Alemanha, já uma superpotência, se elevasse soberana. A configuração de relativo equilíbrio nas relações de força europeia teve, ademais, a contribuição dos impasses das negociações em torno do Tratado de Versalhes. E isso nos mais diversos campos em que as negociações foram tentadas: acerca de um novo sistema monetário internacional, sobre questão das reparações de guerra pela Alemanha ou ainda pelo fracasso da proposta da Liga das Nações, rejeitada pelos europeus que perceberam que o objetivo wilsoniano de autodeterminação não era senão o interesse americano de desmontar seus impérios coloniais (FIORI, 2004).

É preciso também que se tenha em conta a estrutura produtiva industrial interna de cada particularidade burguesa, já que a entrada triunfal dos americanos no cenário mundial foi em larga medida auxiliada pelas transformações que a organização e gerência das empresas norte-americanas sofreram no último quartel do século XIX, período monopolista. Enquanto a Inglaterra não desejava, nem era próprio à sua posição - que se confundia com o próprio mercado mundial -, integrar toda a cadeia produtiva, da produção à circulação, dentro de suas empresas, mantendo-as em pequeno e médio porte, portanto especializadas, os empresários americanos,

> os industriais, em especial, como escreveu Edward S. Meade em 1906, estavam 'cansados de trabalhar para o público'. Nos períodos de depressão, até as empresas mais sólidas mal conseguiam atingir uma margem de lucro tolerável. Nessas circunstâncias, era natural que os industriais buscassem deter essa luta inquietante, cujos benefícios são quase sempre auferidos pelo consumidor, através de preços baixos. (...) Eles querem um lucro maior, sem uma luta tão desesperada para conseguí-lo (ARRIGHI, 1996, p. 295).

Demonstrando que a essência do capitalismo está na busca da mais-valia e não em servir ao Homem, a variante americana, após ver seus conglomerados empresariais banidos pela Lei Sherman antitruste (1890), trataria de promover transformações em sua economia no sentido de unificar o conjunto dos processos que vão desde a obtenção de matérias primas, passando pela produção e finalização do produto até o comércio final. Tratar-se ia do fenômeno da "integração vertical" (ARRIGHI, 1996) e das adequadas conversões gerenciais e burocráticas à produção em larga escala e ao planejamento em longo prazo.

Essa reestruturação das forças produtivas que ocorria visando à adequação ao novo estágio burguês de ser, que não se efetuou na Inglaterra, mas que implantada na Alemanha, embora somente na forma de integração horizontal - integração de firmas concorrentes, sob o Estado como maior gerente -, acarretaria grandes consequências na dinâmica da economia mundial após a Grande Guerra. Se a Alemanha e Inglaterra conseguiam controlar e suspender o mercado - tornar dependentes seus consumidores e fornecedores e organizar longas e planejadas negociações, geralmente via Estado no caso alemão e de realizar compras com "lucros adequados" no caso inglês -, a reestruturação americana conseguiria alçar o maior e mais vantajoso estágio, o de superar o mercado. Eliminava-se assim, a "grande e ingovernável incerteza" que a concorrência produzia (ARRIGHI, 1996). O modelo americano de empresas viria a se tornar o padrão mundial por quase um século.

Escrevia Hilferding (1976), em 1910, que um país imperialista tinha necessidade de justificar também sua agressividade por meio da superioridade racial. Um observador descuidado poderia concluir que isso era impossível nos EUA, devido à sua imensa população de imigrantes e de tão recente fenômeno escravista. Mas tal observador, penetrando mais fundo o real como fez David Harvey, descobriria que "a teoria do destino manifesto alimentou seu próprio gênero particular de racismo expansionista e idealismo internacional" (2013, p. 47). Isso significa que a superioridade racial expressa pela ideologia imperialista americana estava organicamente relacionada com sua crença de exportadora dos ideais democráticos[15]. Numa relação social onde vigora o metabolismo capitalista, este não se aceita como fator passivo. É de sua própria natureza se apropriar das lógicas e subsumi-las.

Não cabe aqui investigarmos detalhadamente o presidencialismo dos EUA no período. Todavia, é forçoso acrescentar que dentro do debate entre Lenin (2010) e Kautsky sobre o caráter de concorrência ou colaboração que assumiriam as grandes potências na corrida imperialista, Kautsky, ao defender essa última posição, não a embasava em palpites absurdos ou desarrazoados. É a tese defendida por Kiernan ao demonstrar o que desejava o presidente Woodrow Wilson com seus ideais de colaboração entre Estados, mais tarde sua proposta de Liga das Nações, rejeitada pelo Congresso americano, sempre mais conservador:

[15] Sobre esse ponto seria extremamente interessante uma pesquisa sobre a filosofia que a América gerou no momento de transformação do capitalismo concorrencial em monopolista: o pragmatismo, "o método pragmático nesses casos [há verdade no mundo?] é tentar interpretar cada noção traçando as suas consequências práticas respectivas" (JAMES, 1974, p. 10) e suas características de "teorias instrumentais", e de "operacionalidade" da verdade (Ibid, p. 43) são indícios promissores para um apontamento que poderia toma-la como expressiva da ideologia do imperialismo americano. Embora seus autores afirmem que ela já existia na Grécia clássica, só foi sistematizada por William James e John Dewey no final do século XIX. Assim uma análise de suas características frente à ideologia imperialista exposta por Hilferding (1976) e por Poulantzas (1971) poderia, em hipótese, encontrar traços semelhantes condizentes com a particularidade do seu capitalismo.

> Nesse meio tempo, houve sinais experimentais de uma emergência de pelo menos agrupamentos maiores das grandes nações, com o sistema de Bismarck de coalizões permanentes liderando o caminho. A Alemanha do Kaiser tinha visões de um bloco continental unido sob a liderança alemã por antipatia à Grã-Bretanha, América e Japão. Mais concretamente houve uma aproximação destes três poderes coloniais: Grã-Bretanha, França e Rússia. À medida que 1914 se aproximava, o pensamento americano sobre a coalização que uniria todos os grandes Estados e evitaria o confronto entre eles – o Concerto da Europa empalidecido, mas revivido e engrandecido pela liderança moral de América – assumiu um tom mais urgente e emocional. (...) House queria que seu governo amenizasse o antagonismo entre Grã-Bretanha e Alemanha além de diminuir a antipatia da Grã-Bretanha pelo desejo alemão de se expandir (2009, p. 225).

Edward M. House, assessor de Wilson, ainda esperançoso em 1914 chegaria a entrevistar o Kaiser, no entanto sairia de lá impressionado pelo "militarismo enlouquecido" alemão. Havia pouco espaço para convencimentos. Como o próprio Wilson escreveria "o desenvolvimento dos recursos do país, o comando dos mercados do mundo, mostra-se por enquanto mais importante do que qualquer teoria política" e ele mesmo ainda reconhecia, na sequência, tais traços enquanto interesses do Estado americano: "somos intensamente 'práticos', insistindo que se afaste do caminho qualquer obstáculo" (1963, p. 142). Assim, Lenin teria razão ao fim das contas, pois a ideia do superimperialismo, embora tentada, fracassaria. A Primeira Guerra Mundial que diminuíra relativamente o poder de acumulação da Grã-Bretanha e elevara o dos Estados Unidos, figuraria um curto período de tempo em termos históricos, mas muito duradouro e estrutural quanto aos resultados.

De 1918 a 1929 os EUA se transformariam em credores da Europa em reconstrução e o mesmo capital emprestado lhe retornava, com juros, para ser reinvestido em sua capacidade produtiva, expandindo-a. Os negócios americanos prosperavam de tal forma que ao final da década de 20 até os empréstimos que deveriam reconstruir a Europa seriam desviados para a especulação em Wall Street. No estourar da bolha especulativa, o Estado americano não se dispusera a dirigir a nova composição do mercado mundial, como fizera a Grã-Bretanha. Ao se fechar em um "iglu", a economia norte-americana retomava sua disposição isolacionista, pela qual tinha conquistado em segurança sua posição de força (ARRIGHI, 1996).

Não obstante, os Estados Unidos logo perceberiam que o mundo já não era e nem poderia voltar a ser o mesmo do século XIX. Agora, em condições extremamente restritas e repulsivas – lembre-se a invasão de dezenas de potências em seu território e a consequente devastação populacional e material um ano após promover sua revolução -, uma nova forma de organização social se desenvolvia na Rússia. Esse fato somado a continuação da Grande Guerra na Segunda Guerra Mundial, perfazendo "A Guerra dos Trinta e Um Anos"

(HOBSBAWN, 1995, p. 58), logo esclarecia aos Estados Unidos que a postura de neutralidade mantida durante 150 anos não era mais apropriada aos seus interesses. O modo de vida burguês nunca esteve, como nas primeiras décadas do século XX, tão universalmente representado e tão radicalmente contestado.

A morte de Roosevelt em 1945, presidente americano que mantinha uma postura de benevolência para com a URSS, e a ascensão ao cargo do democrata Truman alteraria radicalmente a configuração das estratégias dos países capitalistas. Winston Churchill desenvolveu a concepção de que, com a derrota da França, da Alemanha e do Japão, a URSS é que deveria ser a nova inimiga principal da democracia burguesa. Falou-se então em cortina de ferro, ideia que seria incorporada pelos EUA e transformada no fundamento ético da Doutrina Truman. Com a estratégia de bipolarização EUA-URSS tinha fim o impasse entre os aliados e ao mesmo tempo desferia-se um golpe mortal aos impérios coloniais de França e Inglaterra (FIORI, 2004). O caminho estava finalmente desocupado para os interesses americanos se imporem ao mundo todo de forma hegemônica.

5. Considerações finais

Tendo em vista que consideramos apenas alguns dos elementos que ajudaram a formar a particularidade do imperialismo americano, a germinação e transição para forma de monopólios e as primeiras guerras imperialistas, torna-se possível afirmar que seu modo de agir fez uso do elemento mitológico fundador do Estado americano, pressupondo que todos necessitam de um. À diferença das outras particularidades burguesas, é que não possuindo história gloriosa de lutas com a qual se identificar além da sua independência, voltou-se para esta com seus princípios liberais e instituições republicanas. A ausência de adversários históricos resultou da não intervenção direta em conflitos de importância. Em contrapartida, todos que não seguiam o estilo de vida americano eram seus inimigos ideológicos, expressos ou em potencial.

Em perfeita conformidade com essa essência se desenvolveria o fundamento dinâmico e material de sua hegemonia mundial, conquistada após a Segunda Guerra Mundial. O afastamento da ortodoxia liberal se delinearia como um instrumento de tática e concessões ao desenvolvimento protecionista europeu seriam permitidas e até fomentadas pelos EUA. Economias arruinadas como a italiana, a japonesa, a alemã e, mais tarde, os tigres asiáticos transformar-se-iam em elos de um "cinturão de segurança" em torno da União Soviética: era a vigência da Guerra Fria. Instaladas em seus territórios as principais bases armadas

americanas, se não podem ser consideradas colônias americanas no sentido literal e comum do termo, elas caracterizariam primordialmente elementos de desenvolvimento instados pela economia dos EUA e formas modernas de protetorados que perfaziam sua hegemonia.

Reforçando a especificidade bastante americana que sempre pautou os fatos cruciais de sua história, à qual sua sociabilidade burguesa monopolista não se furtaria. Acompanhando seu sentido geral histórico, os Estados Unidos transfigurariam uma lei inescapável – o corolário político do capital monopolista, o imperialismo -, na substância mesma da sua política ideológica na era dos grandes conglomerados empresariais.

Portanto, é imperioso o seguinte arremate teórico: as diversas formas de protetorado, o caciquismo, a Diplomacia do Dólar, o domínio por herança missionária e religiosa, o desenvolvimento a convite por medo ao comunismo, o incitamento furtivo a assassinatos de líderes desalinhados com sua política são todos meios de poder que manifestam a preocupação em manter uma aparência democrática, por isso preferem a dependência econômica, mais sutil e melhor disfarçada. É o mesmo mascaramento efetuado pela coerção burguesa com relação ao trabalho e que se expressa na cena política com suas instituições liberais, mas que quando retirado esse véu de igualitarismo revela toda a estrutura que produz e reproduz a dominação social. Em síntese, ao contrário do Velho Continente expressamente colérico e belicoso, a América faria do fundamento íntimo do modo de vida burguês, a dependência econômico-financeira, o talhe particular de ser do seu imperialismo. Não sem uma pitada de selvageria, afinal a política sempre necessita, em maior ou menor grau, da força e da violência.

6 Referências

ARRIGHI, Giovanni. O quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte americano). In: _____. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996. p, 277-309.

BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril cultural, 1984.

BOBBIO, Noberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BOTTOMORE, Tom. (Ed.) Imperialismo e mercado mundial. In:_____. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 298-303.

CHANG, Ha Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A declaração de independência dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FERNANDES, Luiz Estevam.; MORAIS, Marcos Vinicius de. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 99-171.

FIORI, José Luís. (Org). **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, 2004.

HAMILTON, Alexander.; MADISON, James.; JAY John. **O Federalista**. São Paulo: Abril cultural, 1979. Coleção os pensadores.

HARVEY, David. Como o poder americano se expandiu. In: _____. **O novo imperialismo**. Edições Loyola: São Paulo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. [A ideologia do imperialismo]. In: SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 409-413.

HOBSBAWM, Eric. **Ecos da marselhesa**. Dois séculos reveem a revolução francesa. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. Por qué la hegemonia americana difere del Império britânico. In: _____. **Guerra y paz em el siglo XXI**. Buenos Aires: Arte gráfico editorial argentino, 2012. p. 65-94.

JAMES, William. Segunda conferência. *O que significa pragmatismo*. São Paulo: Abril cultural, 1974. Coleção os pensadores.

_____. **O significado da verdade**. São Paulo: Abril cultural, 1974. Coleção os pensadores.

JEFFERSON, Thomas **Escritos políticos**. São Paulo: Abril cultural, 1979. Coleção os pensadores.

KARNAL, Leandro. A formação de uma nação. In: KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-97.

KIERNAN, Victor Gordon. **Estados Unidos**, o novo imperialismo. São Paulo: Record, 2009.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil debates, 1980.

_____. **O imperialismo**. Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição á crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAUROIS, André. **História dos estados unidos**. Companhia editora nacional: São Paulo, 1946.

METRI, Maurício. A ascensão do dólar e a resistência da libra: uma discussão político-diplomática. **Revista tempo do mundo**. Brasília, v.1, n.1, p. 65-92, jan. 2015.

PAINE, Thomas. **O Senso Comum**. São Paulo: Abril cultural, 1979. Coleção os pensadores.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo y ditadura**. La terceira internacional frente al fascismo. Cidade do México: Siglo veintiuno, 1971.

SCHLESINGER JR, Arthur. **Os ciclos da história americana**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SUN TZU. **A arte da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Abril cultural, 1979. Coleção os pensadores.

VIGEVANI, Tullo. et al. Origens dos instrumentos de formulação da política comercial norte americana. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 20, p. 43-54, jun. 2003.

WILSON, Woodrow. **Governo constitucional nos Estados Unidos**. São Paulo: Ibrasa, 1963. Coleção clássicos da democracia.

Recebido em janeiro de 2018
Aprovado em junho de 2018